



COLETA SELETIVA NA ESCOLA: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA

Lígia Vanessa da Silva¹

Rodolpho Roberto Ferrazza²

Derick Fortes Dorneles³

José Nathan Dinareli Fonseca⁴

Eduardo Covari⁵

João Pedro Maros⁶

Escola Estadual de Ensino Médio São Geraldo

Relato de Experiência

Ciências da Natureza e suas Tecnologias

1. Introdução:

No município de Ijuí, RS, somente em 2007, após o Poder Executivo Municipal ter firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com o Ministério Público (MP), foi implantada a coleta seletiva (OLIVEIRA; PROBST, 2018). Para que o processo funcionasse de maneira adequada, trabalhos de Educação Ambiental com a população foram realizados pelo poder público para informar sobre o funcionamento da Coleta Seletiva municipal e a destinação correta dos resíduos por cada morador, salientando a cadeia produtiva e a destinação final dos resíduos gerados. Mesmo com todo esse trabalho ainda percebemos muitas falhas no funcionamento da Coleta Seletiva municipal, com grande quantidade de resíduos ainda sendo enviados ao Aterro Sanitário, porque não são separados de maneira correta na fonte.

A cidade conta com duas Cooperativas de Catadores que recebem os resíduos oriundos da Coleta Seletiva, porém uma quantidade significativa desses ainda chega às associações misturados com rejeitos. O fator que prejudica essa etapa é que a população ainda não separa de maneira adequada os resíduos. Segundo Persich (2011) pode-se citar como uma das mais difíceis tarefas a utilização correta dos coletores pela comunidade, ou seja, fazer com que toda a população colabore com a coleta seletiva. Projetos de Educação Ambiental foram feitos nas escolas, empresas, associações e comunidade em geral, mas a

¹ Professora de Biologia da Escola Estadual de Ensino Médio São Geraldo, e-mail:

ligia-vsilva@educar.rs.gov.br

² Aluno do 3º ano do Ensino Médio, da Escola São Geraldo, e-mail: Rodolpho-ferrazza@educar.rs.gov.br.

³ Aluno do 3º ano do Ensino Médio da Escola São Geraldo, e-mail: derick-fdorneles@educar.rs.gov.br.

⁴ Aluno do 3º ano do Ensino Médio da Escola São Geraldo, e-mail: jose-fonseca1@educar.rs.gov.br.

⁵ Aluno do 3º ano do Ensino Médio da Escola São Geraldo, e-mail: eduardo-covari@educar.rs.gov.br.

⁶ Aluno do 3º ano do Ensino Médio da Escola São Geraldo, e-mail: joao-pmaros@educar.rs.gov.br



população não se deu conta da sua importância individual na participação na coleta seletiva e o quanto essa contribui para um bem maior comum. Sobre a importância da coleta seletiva, segundo Persich (2011):

A coleta seletiva proporciona vários ganhos para o meio ambiente, tendo em vista que promove a economia de matéria-prima e diminui o nível de poluição da água, do ar e do solo, bem como proporciona uma melhor qualidade de vida às pessoas que sobrevivem da coleta, sejam aqueles engajados em projetos, ou os que realizam a coleta por conta própria. Por isso, pode-se dizer que a coleta seletiva de lixo proporciona vantagens sociais, econômicas e ambientais para toda a população. (PERSICH, 2011, p. 59)

A Escola como um ambiente de integração social e parte fundamental da construção de conhecimentos tem a responsabilidade de instigar na ação efetiva que apliquem esses conhecimentos em benefício à comunidade. Aprender a separar os resíduos e despertar o compromisso individual ambiental não é uma tarefa simples, pois exige mudança de hábitos. Não é diferente no espaço escolar, onde os diversos sujeitos pensam e agem de diferentes maneiras. Nesse sentido, alunos do terceiro ano do Ensino Médio, incomodados com o problema na Escola, fizeram observações para identificar os principais fatores que dificultam a efetiva participação da comunidade escolar na separação correta dos resíduos com a necessidade urgente de melhorar e aumentar a conscientização da prática da coleta seletiva na Escola.

2. Procedimentos Metodológicos:

A atividade está em andamento e iniciou no segundo trimestre de 2024, com uma turma do terceiro ano do Ensino Médio, da Escola Estadual de Ensino Médio São Geraldo, de Ijuí, Rio Grande do Sul. A turma tem 15 alunos matriculados na Trilha Sustentabilidade e Qualidade de Vida, do Novo Ensino Médio. A trilha tem a disciplina de Noções de Legislação Ambiental como uma das disciplinas classificadas como eletiva de base, que servem para o aprofundamento dos componentes da formação básica.

Durante as aulas da disciplina foi realizado um estudo da Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei Municipal nº 3443/1998, que institui o Código de Meio Ambiente do Município de Ijuí e da Lei Municipal nº 5.513/2011 que institui o Serviço Público de Coleta Seletiva Solidária dos Resíduos Recicláveis Secos Domiciliares. Com o estudo surgiram muitos questionamentos, dentre eles: o por que não ocorre a separação dos resíduos na escola, sendo que a escola tem lixeiras para separação? A partir desse questionamento os alunos, em pequenos grupos, fizeram observações e registros fotográficos das lixeiras dos diversos espaços da escola, registrando números, tipos e o conteúdo de cada uma. As informações foram registradas em aula e as fotos compartilhadas em um álbum do Google Fotos. As imagens foram analisadas em aula, identificando o número de lixeiras, se existe identificação nas



lixeiros e os tipos de resíduos encontrados nas lixeiras observadas. A partir das análises, os alunos elencaram os problemas e as possíveis causas para estes vinculando ao estudo das Leis.

Para ajudar a compreender o processo e identificar os problemas na separação de resíduos, os alunos assistiram uma palestra sobre Gestão dos Resíduos Sólidos, com representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente que esclareceram como funciona a Coleta Seletiva no município bem como as Cooperativas de Catadores de Materiais recicláveis.

3. Resultados e Discussões

Foram registradas cerca de 52 lixeiras existentes na Escola. Estas estão distribuídas pelas salas de aulas (duas em cada sala), pátio, biblioteca, refeitório, cozinha, banheiros, sala dos professores e secretaria. Nas salas de aula existem duas lixeiras que estão identificadas com etiquetas de “lixo seco” e “lixo úmido”, assim como nos demais espaços. Na sala dos professores as lixeiras estão identificadas como “lixo orgânico” e “lixo seco”. No pátio da escola além das lixeiras com identificação de “lixo seco” e “lixo úmido” também existem lixeiras separadas por cores, conforme orientação da legislação federal, são elas: vermelha (plástico), amarela (metal), marrom (orgânico), azul (papel). São 3 lixeiras de cada cor distribuídas pelo pátio, próximo ao refeitório, na entrada da escola e próximo aos banheiros do pátio. Além das lixeiras da escola também existem os coletores de vidro e de pilha (ponto de coleta), os quais a SMMA é responsável pelo recolhimento.

Durante os registros foram observados que os resíduos descartados nas lixeiras do pátio, da cozinha, da sala dos professores, secretaria e banheiros estavam sendo descartados de forma incorreta. Em uma lixeira de sala de aula, com a etiqueta de “lixo seco” os alunos encontraram restos de frutas, papel, metal, isopor, plástico. E na mesma sala, na lixeira identificada como “lixo úmido”, foram encontrados restos de frutas, papel, embalagens metalizadas, chiclete e pirulito. Na sala dos professores, a lixeira com a identificação de “lixo úmido” continha restos de frutas, sachês de chá, erva, papel, plástico, etc.

Nas lixeiras coloridas do pátio com a identificação de Papel e na cor azul, foram encontrados dentro resto de frutas, restos de comida, papel, alumínio do iogurte, embalagem metalizada e caixinha tetra pak.

Em todas as lixeiras foram encontrados problemas na deposição adequada dos resíduos, mesmo essas contendo a identificação visível e clara. Além disso, também chamou a atenção nas observações a quantidade de lixo deixado pelos alunos no chão da escola, como chiclete, papel de bala, restos de pirulito, etc.

Na análise feita pelos alunos, alguns fatores foram considerados para os problemas encontrados, o principal deles foi o descaso com o meio ambiente, segundo a falta de



conhecimento sobre o material do resíduo gerado e também, segundo alguns alunos: *“preguiça de alguns” em depositar o resíduo em local apropriado, esperando que outra pessoa resolva o problema.* Conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos os geradores de resíduos são todas as pessoas, físicas ou jurídicas que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.

Os alunos avaliaram que alguns resíduos geram dúvidas quanto à destinação, como é o caso de embalagens sujas com restos de alimentos e embalagens que contém mais de um material, como caixinha tetra pak (papel, plástico e metal). Nesse sentido a palestra com a SMMA esclareceu essas dúvidas da turma e trouxe ideias para ações a serem propostas para sanar esses problemas na escola, indo de encontro às propostas estudadas na Lei.

4. Conclusão

Concluí-se até aqui, que muitos resíduos foram depositados em lixeiras erradas, mesmo essas contendo a identificação. Algumas pessoas parecem ter dificuldade em identificar corretamente as lixeiras apropriadas, resultando no descarte de resíduos em qualquer lixeira disponível. Esses achados destacam a necessidade de uma melhor educação e orientação sobre a correta separação e descarte de resíduos no ambiente escolar.

O trabalho encontra-se na fase de elaboração de um projeto/proposta para modificar a coleta seletiva na escola, com ações de educação ambiental realizadas pelos alunos, buscando solucionar problemas identificados com a atividade inicial. Assim, poderemos com mais facilidade dar início a políticas e hábitos sustentáveis que sejam benéficos para o ambiente escolar de uma forma eficiente.

5. Referências

BRASIL. Constituição (2010). Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, DF, 02 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 14 ago. 2024.

MUNICIPAL (Município). Lei nº 5.513, de 29 de setembro de 2011. **Institui O Serviço Público de Coleta Seletiva Solidária dos Resíduos Recicláveis Secos Domiciliares, e Dá Outras Providências.** Ijuí, RS, Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/i/ijui/lei-ordinaria/2011/552/5513/lei-ordinaria-n-5513-2-011-institui-o-servico-publico-de-coleta-seletiva-solidaria-dos-residuos-reciclaveis-secos-domiciliares-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 14 ago. 2024.

8º MoEduCiTec

Mostra Interativa da Produção Estudantil
em Educação Científica e Tecnológica
O Protagonismo Estudantil em Foco

II Mostra de Extensão Unijuí



27/09/2024 | Campus Ijuí



MUNICIPAL (Município). Lei nº 3443, de 27 de maio de 1998. **Código do Meio Ambiente do Município de Ijuí**. Ijuí, RS, 27 maio 1998. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/i/ijui/lei-ordinaria/1998/345/3443/lei-ordinaria-n-3443-1998-institui-o-codigo-do-meio-ambiente-do-municipio-de-ijui-cria-o-fundo-municipal-do-meio-ambiente-e-da-outras-providencias#:~:text=INSTITUI%20O%20C%3%93DIGO%20DO%20MEIO,AMBIENTE%2C%20E%20D%3%81%20OUTRAS%20PROVID%3%8ANCIAS.&text=DISPOSI%3%87%3%95ES%20PRELIMINARES-,Art.,as%20atividades%20de%20compet%C3%Aancia%20Municipal..> Acesso em: 07 ago. 2024.

OLIVEIRA, Rosemeri Martins de; PROBST, Carlos Guilherme. BREVE HISTÓRICO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA EM IJUÍ/RS E A PARTICIPAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES LOCAIS EM UM PROJETO PILOTO. In: SALÃO DO CONHECIMENTO UNIJUÍ, 2018, Ijuí. **Anais [...]**. Ijuí: Unijuí, 2018. v. 4, p. 1-5. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/9654>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PERSICH, Juliana Carla. **GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA DE LIXO – O CASO DE IJUÍ/RS**. 2011. 75 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Educação Ambiental, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/13291>. Acesso em: 14 ago. 2024.